

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PEJUÇARA-RS

PUBLIC POLICIES AND THE FAMILIAR DEVELOPMENT IN PEJUÇARA-RS

Bruna de Moura dos Santos

Discente do Curso de Administração da Universidade de Cruz Alta
brudynha@hotmail.com

Claudia Maria Prudêncio De Mera

Dra. em Desenvolvimento Rural-UFRGS
Universidade de Cruz Alta
cmera@unicruz.edu.br

Resumo

Este estudo busca contribuir com a discussão sobre as políticas públicas e o desenvolvimento da agricultura familiar, tendo como *locus* de pesquisa, o município de Pejuçara/RS, onde a agricultura familiar é predominante, objetivando especificamente verificar se existem entraves ao acesso a essas políticas, e qual a percepção dos agricultores sobre o assunto. Para alcançar os objetivos foi realizada uma pesquisa de campo em comunidades rurais no município. Pode-se dizer que as políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento agrícola das propriedades, pois através delas, os produtores puderam realizar investimentos nos seus estabelecimentos, tais como aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, o que possibilita maior rendimento na produção e o aumento da renda. No entanto, não tem contribuído para a diversificação da agricultura e para sucessão da atividade no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento.

Abstract

This work wants to contribute with the discussion about public policies' the development of familiar agriculture, the locus of research it was the town of Pejuçara/RS, where this type of agriculture is predominant, the objective was to check if there are barriers in the access to this policies and what is the farmers' perception about it. Based on it a research was made of rural communities of the town. This work demonstrates that public policies have contributed to the development of the establishments, because of them the farmers can make investments like to acquire agricultural implements, by this way, there is an yield in production and increase income. But there's no contribution to diversify the agriculture and to the succession in countryside.

Key-words: Familiar Agriculture. Public Policies. Development.

Introdução

A agricultura no Brasil sempre foi dependente e/ou influenciada por iniciativas e ações do governo, sejam elas de proteção ou até mesmo de incentivo ao modelo econômico vigente, mas quase sempre direcionada ao desenvolvimento agrícola. Para Schneider (2002), os efeitos das políticas públicas e consequente o processo de modernização e industrialização da agricultura no Brasil, são o aumento da produção e da produtividade da agropecuária e uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais. Segundo Guimarães (1977, p.331), ocasionando “enormes e cada vez mais profundas desigualdades existentes entre a grande e a pequena exploração agrária, e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação”.

Assim, apesar da modernização agrícola, ou por causa dela, esse sistema modernizante apresentou várias consequências, entre as quais: a desigualdade da modernização entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Segundo Graziano da Silva (1982, p. 45), “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul”.

Desse modo o incentivo da modernização agrícola através de políticas públicas, do modo como foi concebido no Brasil, acarretou no desenvolvimento agrícola, em função do aumento de produtividade e do uso de novas tecnologias de produção. Por outro lado, resultou em concentração fundiária, no êxodo rural, no desemprego do trabalhador rural e em questões ambientais, levando ao desenvolvimento agrícola e não ao desenvolvimento agrário e rural.

A discussão sobre o desenvolvimento no meio rural do modo como é concebido atualmente, amplia-se com o início das políticas agrícolas voltadas para agricultura familiar criadas na década de 90. Do mesmo modo, amplia-se o debate acerca do papel a ser desempenhado pela agricultura no contexto do desenvolvimento do meio rural e da economia brasileira, principalmente a função da agricultura familiar neste contexto.

Se, por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar, por outro, estudos apontam que nem todos os agricultores e regiões se beneficiam destas políticas. Segundo Abramovay (1998), as avaliações dos primeiros anos de execução do PRONAF demonstram que devido ao ato de existir risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção para o programa

tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecer garantias e contrapartidas, ‘mesmo que possam apresentar projetos economicamente viáveis. Segundo o autor, exemplo disso é a quantidade irrisória de agricultores de baixa renda agrícola que conseguiram de fato obter financiamentos, apesar de uma linha do PRONAF estar voltada especificamente a este público.

De acordo com Aquino e Schneider (2010), os subsídios especiais embutidos nos recursos do PRONAF não estão sendo distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares brasileiros. Isto porque o programa apresenta uma forte tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural. Assim, tudo indica que a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, está levando a um acirramento destas no interior da agricultura familiar. Esta característica é especialmente preocupante, pois sinaliza um distanciamento do PRONAF de seu objetivo estratégico básico que é reduzir a desigualdade social no campo.

O desenvolvimento agrícola no município de Pejuçara/RS está fortemente alavancado em algumas poucas culturas agrícolas (trigo, milho e soja) não pela exclusividade, mas pela predominância. De acordo com o IBGE (2006), a agricultura familiar representa 83,01% dos 624 estabelecimentos rurais e ocupam apenas 32,01% da área cultivada no município, estes números demonstram uma concentração fundiária. De acordo com dados da FEE (2010), os censos demográficos apontam que do ano de 2000 a 2010 a população rural diminuiu 14,46% no município de Pejuçara.

Diante deste contexto, este estudo se propõe a analisar qual a contribuição das políticas agrícolas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Pejuçara/RS.

O estudo está estruturado em três subitens. Neste primeiro, introdutório, foi apresentado o contexto da pesquisa e o problema abordado. No item dois, a metodologia e os procedimentos do estudo. No terceiro item descrevem-se os resultados da pesquisa de campo, através das entrevistas com os agricultores familiares. Finaliza-se o estudo apresentando as considerações finais, apontando as relações com os resultados do estudo, sugestões para futuras pesquisas, as principais limitações e o encerramento deste estudo.

Procedimentos Metodológicos

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quali-quantitativa e descritiva quanto aos objetivos. Como procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa de campo no município de Pejuçara/RS, localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde residem 517 agricultores considerados familiares, segundo dados do IBGE (2006).

A pesquisa de campo foi realizada no período de setembro a novembro de 2015, com 60 agricultores familiares. Com auxílio da extensionista da Emater de Pejuçara, fornecendo os contatos de agricultores familiares do município através do extrato de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), aplicou-se o formulário de pesquisa (nas suas residências) com 42 produtores que aceitaram participar da pesquisa, nas seguintes comunidades: Linha Base, Linha Macuglia, Santa Lucia, Santa Polônia, Linha Cambará, Linha Donato, Colônias Novas, Santo Antônio, Passo Liso, Linha Pedreira, Linha Jacicema, Rincão de Jesus, e produtores que residem na cidade de Pejuçara. O objetivo nesta etapa foi abordar o tema de forma quantitativa, através do uso de questionário com perguntas abertas e fechadas.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu simultaneamente com a primeira, objetivando explorar de forma qualitativa os dados, e se deu através de uma entrevista semi-estruturada, onde foram selecionadas duas comunidades localizadas no meio rural do município de Pejuçara, sendo estas a Linha Pedreira onde residem 15 famílias e Santo Antônio, onde residem 16 famílias, para se chegar nestes dados contou-se com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, neste número estão desconsiderados os agricultores não familiares. Foram entrevistadas pessoalmente 18 famílias (08 da Linha Pedreira, 10 de Santo Antônio), para a coleta de dados utilizou-se de um formulário impresso com perguntas abertas e fechadas e equipamento de áudio para gravar as entrevistas com os produtores que aceitaram a gravação. Das casas e propriedades que foram visitadas, todos os produtores aceitaram responder as perguntas, e mostraram-se interessados em contribuir com essa pesquisa.

Portanto, os indivíduos entrevistados foram aqueles localizados pelo pesquisador e que aceitaram fazer parte da pesquisa, por isso a amostra não atinge os requisitos de amostra probabilística. Assim, a sua representatividade em relação à população do

município de Pejuçara não pode ser verificada por completo e as suposições estatísticas sobre erros de amostragem e estimativas dos parâmetros da população não se aplicam. Gil (1994, p.97) define este tipo de amostra como amostragem por acessibilidade. Segundo ele, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”. Assim, a pesquisa foi realizada a partir da aproximação progressiva, por amostragem intencional e por acessibilidade.

Para análise dos dados quantitativos da pesquisa de campo, utilizou-se as ferramentas da planilha eletrônica Excel, já a análise dos dados qualitativos realizou-se através do método de análise de conteúdo. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. Os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada pelo entrevistador e pelo entrevistado. A descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais.

Perfil dos produtores e seus estabelecimentos de produção familiar

Neste estudo 90% dos entrevistados são do gênero masculino, 77% têm entre 42 e 60 anos, 18% entre 26 e 41 anos e 5% entre 17 e 25 anos. Essa participação maior do homem ocorre devido ao fato deste ser considerado o responsável pela gestão da propriedade. Porém, na maioria dos casos, as mulheres participavam da entrevista junto, opinando principalmente em relação às políticas públicas. A baixa participação dos jovens rurais justifica-se porque alguns estudam ou trabalham na cidade e outros não se encontram mais nas propriedades. Do mesmo modo, os idosos, ou preferiram que os filhos respondessem as entrevistas, ou já não residiam mais no meio rural.

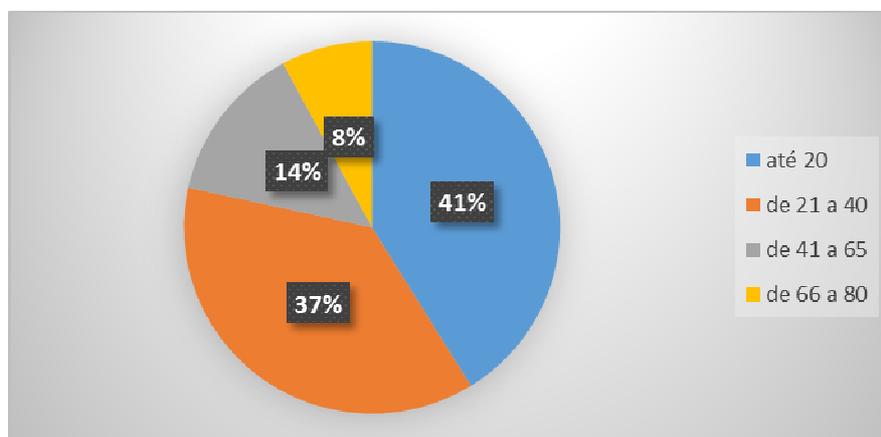
Como aborda Godoy *et. al.*, (2007, p.7)

[...] Quando se trata do meio rural temos que associar que o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado por outro, o êxodo dos jovens rurais para os centros urbanos. Estes dois fenômenos juntos trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, pois sem atrativos o jovem migra para as cidades, fazendo com a faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos [...]

Dos estabelecimentos agropecuários, em relação à posse de terras, 47% são próprias, 12% são terras arrendadas, 3% são somente cedidas, e 38% possuem nas duas

condições. Quanto ao tamanho destes estabelecimentos, 78% possuem no máximo até 40 hectares (41% destas propriedades têm até 20 hectares), conforme a Figura 1.

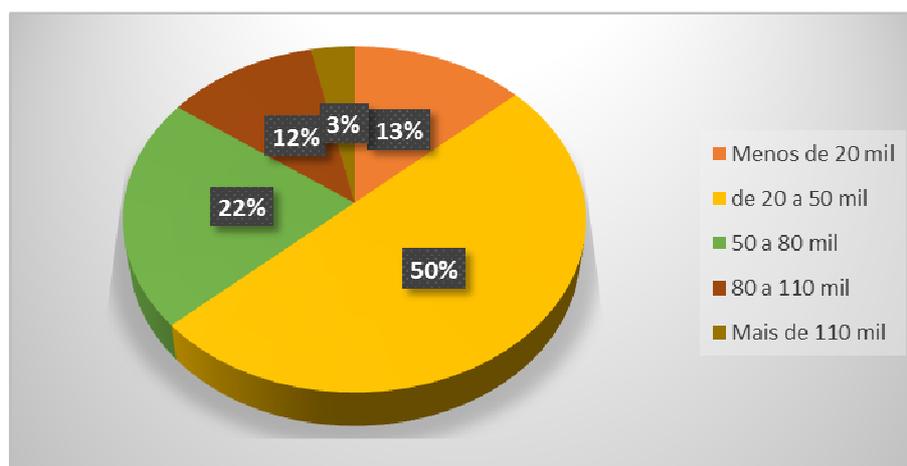
Figura 1 – Tamanho das propriedades em hectares (ha)*



Fonte: Pesquisa realizada em 2015.

A respeito da renda dos entrevistados, pode-se verificar que cerca de 50% têm renda anual entre 20 a 50 mil reais, as demais faixas de renda estão descritas na Figura 2. Para ter acesso ao PRONAF a renda bruta anual não deve ultrapassar o valor de R\$ 360 mil (MDA, 2015).

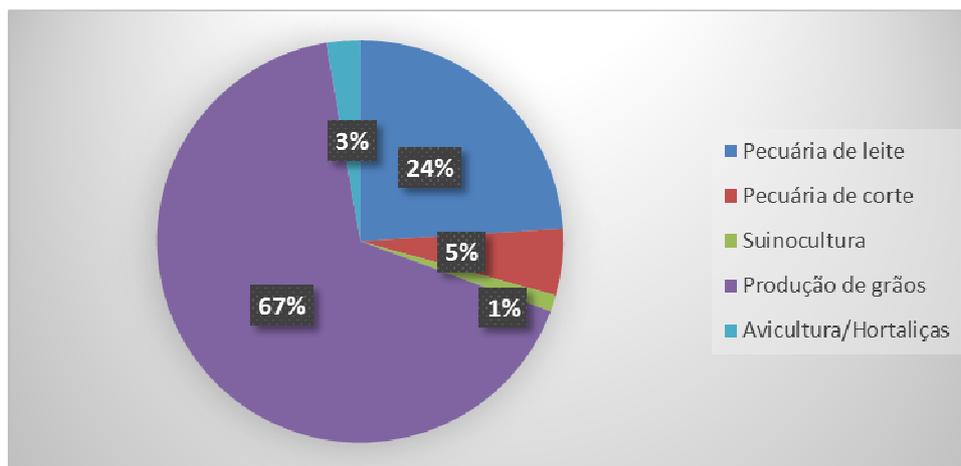
Figura 2 - Renda agrícola nos estabelecimentos rurais



Fonte: Pesquisa realizada em 2015.

Ainda com relação à renda, foi possível caracterizar que entre os principais geradores de renda agrícola nos estabelecimentos de agricultura familiar que fizeram parte da pesquisa, a produção de grãos representa 67%, conforme mostra a Figura 3. Estes dados são corroborados pelo IBGE (2014) demonstrando que no município de Pejuçara a produção de soja representa 61,69% e a de trigo 31,58%.

Figura 3 – Principal fonte de renda agrícola nos estabelecimentos rurais



Fonte: Pesquisa realizada em 2015.

Cabe ressaltar que 85% dos entrevistados não possuem outras atividades além da agricultura e pecuária, e 15% desempenham outras funções externas ao estabelecimento rural, como: cargo público, técnico em refrigeração, técnico agrícola, capataz de fazenda, safrista, funcionário de cooperativa, apicultor e a fabricação de produtos coloniais. Alguns casos isolados citaram que as esposas trabalham fora, e outros disseram estar aposentados. Para 91% dos entrevistados, a principal renda familiar vem do cultivo de grãos e da pecuária leiteira, isso justifica a discussão dos entrevistados sobre uma valorização de seus produtos, principalmente no preço do leite.

Sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar

Este subitem em primeiro momento tem como objetivo analisar, através da pesquisa de campo, o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, quais as mais utilizadas, além de verificar se existem entraves nesse acesso e/ ou dificuldades para pagar os financiamentos. Em segundo momento pretende-se verificar

se as famílias que se beneficiaram de alguma política pública constataram melhorias no desenvolvimento de sua atividade no meio rural.

Quando questionados se já utilizaram de alguma política pública, 88% responderam que sim. Os que responderam que não, justificaram ser por falta de planejamento ou informação, já outros, por não perceberem necessidade. Entre as políticas mais citadas estão o PRONAF (custeio e investimento) e o Programa Mais Alimentos (investimento), ainda alguns citaram o Seguro Agrícola Familiar, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo Nunes (2007), as políticas agrícolas podem induzir as mudanças desejadas pelos governos no setor, através de instrumentos que estimulem a produção e promovam a distribuição social da riqueza da agricultura. Como já foi abordado apenas na década de 1990 surgiu uma discussão sobre a agricultura familiar, inicialmente no campo político, posteriormente no acadêmico. Foi instituído o PRONAF, para atender a categoria do agricultor familiar. De acordo com Ziger (2013, p.3):

O PRONAF representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da Agricultura Familiar, sendo que a partir da efetivação dessas políticas públicas os agricultores descobrem-se como atores estratégicos para o crescimento de um País, tendo o poder e capacidade de reivindicar e influenciar as ações públicas a partir de então.

Posteriormente surgiram outras políticas como o PAA criado em 2003 que tem como foco os agricultores menos favorecidos, foi desenvolvido para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar (NUNES, 2007).

O Programa Mais Alimentos que é uma ação que permite investir na modernização da infraestrutura produtiva da propriedade familiar, via aquisição de máquinas, implementos e novos equipamentos, para correção e recuperação do solo, resfriadores de leite, melhoria genética, entre outros (MDA, 2015).

Já o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), de acordo com Nunes (2007), é um mecanismo de proteção à renda do agricultor, aplicado em caso de problemas climáticos que implicam em perdas acima das previstas no momento da contratação. Sendo que quase todos os financiamentos de custeio agrícola realizados no PRONAF, podem ser cobertos por este seguro.

Com relação ao destino do crédito, 32% utilizaram para investimento, 29% para custeio, sendo que 39% para as duas finalidades. A respeito do destino do crédito investimento, 63% utilizaram para compra de equipamentos e/ou máquinas, 32% implementos e 5% para outros destinos. Nesta parte os entrevistados poderiam ter marcado mais de uma alternativa, outros para compra de vacas e alguns para compra de veículo (camionete) para transporte de produtos. Conforme um dos entrevistados:

A gente adquiriu uma camionete [...] precisava para transportar na lavoura, então a gente adquiriu, e também foi para reforma de trator, aquisição de pneus e coisas assim. [...] a gente adquiriu uma cabine para uma máquina colheitadeira, [...] não é luxo [...] isto é uma questão de qualidade de vida, pra quem está operando a máquina [...] (p.18, 2015).

Para Gazolla e Schneider (2013, p. 19):

Atualmente com o crescente uso dos recursos de investimento (e agora por meio da modalidade do PRONAF Mais Alimentos, que incrementou ainda mais este tipo de crédito), estes são usados para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos agrícolas para fornecer infraestrutura rural às mesmas culturas de soja e milho financiadas pelo custeio. Forma-se, assim, um círculo vicioso em torno do uso dos recursos, pois as duas modalidades de financiamentos unem-se em torno das mesmas atividades econômicas, especializando e mercantilizando crescentemente a agricultura familiar local.

Ao questionar se os produtores tiveram alguma dificuldade para ter acesso ao crédito agrícola, 72% relataram que não. Conforme relatado por um dos produtores: “não para o pequeno produtor não tem né” (p.17,2015). “Não, o agricultor tendo cpf em dia hoje, nós aqui em Pejuçara, principalmente a agência Banco do Brasil é uma grande parceira, e não tivemos nunca nenhuma dificuldade” (p.18, 2015).

No entanto, 28% afirmaram que a burocracia acaba sendo um entrave no acesso ao crédito, o que dificulta este processo.

Nós achamos aqui o processo um pouco burocrático, mas daí com o auxílio do sindicato dos trabalhadores rurais aqui de Pejuçara, da Emater também, e do Banco do Brasil, nós conseguimos providenciar a documentação e encaminhar. Mas eu vejo também que essa burocracia as vezes se faz necessária porque é preciso ter um controle (p.15_2015).

De acordo com Ziger (2013, p.10)

O crédito no meio rural tem desencadeado diversas formas de desenvolvimento, fatos verificados na organização social e econômica com autonomia e sustentabilidade, o acesso ao crédito de forma qualificada promove o crescimento da produção e diversificação das unidades familiares, nos processos de agregação de valor, industrialização e comercialização, na inclusão social de milhares de habitantes do meio rural e urbano.

No que diz respeito às dificuldades para pagar o crédito, o número de pessoas que relataram ter passado por adversidades que interferiram no pagamento dentro do prazo foi de 42%, apesar de 58% não ter enfrentado nenhuma dificuldade, é importante destacar esta questão, pois a falta de pagamentos interfere nas novas tomadas de crédito e no próprio desenvolvimento da atividade. Dentre as principais causas que interferiram no pagamento do valor concedido, destacam-se a frustração da safra e o baixo preço de comercialização, que juntas somaram 72%, além do custo de produção com 14%, e das condições de crédito (juros, prazos) e baixa produtividade para 14% dos produtores entrevistados.

Para Batista (2011, p.13):

As frustrações de safra resultantes chuvas excessivas são apontadas como responsáveis pelas dificuldades das famílias em cumprirem com o cronograma de pagamento das parcelas junto as instituições financeiras. Mas há também outros aspectos que devem ser levados em consideração, a pesquisa revelou que há diversos fatores que conspiram para esse quadro, tais como a falta de assistência técnica às famílias, dificuldades no acesso às políticas públicas como o Proagro e PGPAF, deficiência na gestão financeira do produtor e preço final do produto comercializado que impactam diretamente na renda do produtor rural.

Ainda em relação às políticas públicas de crédito, que foram citadas inicialmente, foi questionado qual a percepção dos agricultores em relação à contribuição destas políticas para o desenvolvimento da sua propriedade, e as opiniões se deram, de diferentes formas, onde para uns “estão boas”(palavras dos entrevistados), pois consideram que com elas o agricultor familiar têm mais condições de permanecer na atividade agrícola. Porém para outros pode melhorar, no que diz respeito aos juros e prazos de pagamentos, e também no sentido de que possa haver maior valorização do produto, principalmente o preço do leite e do trigo, “o pequeno não tem nem condições de plantar o trigo né porque, não tem o financiamento de 100% no banco, [...] o preço que ele tá não compensa, é uma planta arriscada e depois é caríssimo né” (p.17_2015).

Também em termos de contribuições para o desenvolvimento do agricultor no meio rural, foi citado o crédito fundiário:

O que a gente precisaria com urgência, seria a ampliação e o desenrolar do programa do crédito fundiário, compra de terra para os jovens, os agricultores permanecerem no meio rural, e a questão da renda também, por exemplo, hoje se um agricultor tem 5, 6 hectares de terra ele não consegue ingressar no programa por causa que a lei, os critérios eles superam. Então eu acho que

tem que haver uma melhora nisso, se não vai ser um esvaziamento do meio rural, agilizar o crédito fundiário, a compra de terra, a reforma agrária, isso tem que ser com urgência (p.18, 2015).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um mecanismo complementar de acesso à terra. Seu principal objetivo é viabilizar o acesso aos agricultores familiares, e jovens, além de combater à pobreza rural, sendo que as áreas utilizadas pelo programa, não podem estar sujeitas à desapropriação (NUNES, 2007).

Na transcrição abaixo, o produtor reafirma o que foi dito na introdução deste estudo, e contribuiu muito vindo de alguém que vivenciou altos e baixos da economia, pode-se relacionar esta fala com o que é relatado a cima.

[...] nós passamos por vários quadros econômicos, desde a década de 1980 várias dificuldades, intempéries de tempo, seca, chuvas demais na plantação principalmente do trigo[...] 1980 foi a década perdida, nela nos regredimos praticamente 10 anos, as famílias agrícolas se endividaram, uma época que não tinha muitos recursos, e os recursos que tinha era á juros muito altos, juros altíssimos, teve épocas que chegou juros á 80% do valor total que você pegava de dinheiro para financiar. De 90 a 95 teve épocas ali de muitas crises também, além das crises econômicas secas, planos econômicos, troca de governos a economia não era estável era instável, então tivemos várias dificuldades, depois ao chegar a época de 2000 em diante as famílias agrícolas começaram a ter um melhoramento, até os dias de hoje [...] (p.16, 2015).

Com relação à pergunta se houve aumento na produção após contar com recursos do governo, 83 % responderam que sim, sendo que destes, 8% considerou que aumentou muito. As políticas públicas de crédito têm possibilitado o acesso a tecnologia, correção do solo, melhor gestão da propriedade, acesso a assistência técnica, a genética e melhoramentos em equipamentos e benfeitorias. Como relata o produtor “A partir de 2008 em diante houve grande avanço na nossa família devido a recursos do governo, foi feito ampliações em maquinários, e em galpões também, grandes avanços nessa parte” (p.16, 2015).

Ainda segundo outro produtor entrevistado:

[...] a partir dessas políticas públicas voltadas principalmente para a agricultura familiar, e também outras políticas públicas as famílias podem ter essa opção de ficar no campo, e a partir das condições que essas políticas oferecem como de financiamento de seguro, de auxílio, isso acaba evitando o êxodo rural, e contribui para o desenvolvimento das propriedades, para o desenvolvimento também local e regional, e não é diferente aqui a nossa propriedade [...] (p15, 2015).

Por outro lado, 17% acreditam que não houve mudanças na propriedade, alegando que a propriedade permaneceu igual, não havendo aumento na produtividade, e um não respondeu.

Outra política pública discutida neste estudo, a Extensão Rural pública. Segundo o MDA, devido à mudança governamental ocorrida em 2003, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ganhou uma nova dimensão, onde seu papel foi modificado e uma política foi lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária -PNATER.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), a PNATER vem contribuindo com a implementação de inúmeras políticas e programas, exclusivos ou não para o meio rural, o que inclui a política de financiamento e proteção da produção, como PRONAF e Garantia Safra, políticas e programas de agregação de valor e geração de renda, de comercialização da produção, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o desenvolvimento territorial e educação do campo, além de políticas diferenciadas para públicos específicos da agricultura familiar, tais como mulheres rurais, e povos e comunidades tradicionais, que incluem os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc.

A partir deste contexto começaram a surgir novas políticas de crédito que contribuíram com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando aos agricultores melhores condições de renda e qualidade de vida, incluindo ações voltadas para assistência técnica.

Dos produtores que participaram deste estudo, 15% não possuem ou não descreveram nenhum tipo de assistência técnica. Porém 85% contam com assistência técnica na propriedade, sendo que 60% possuem assistência gratuita, realizada pela Emater, e por uma cooperativa local, 15% possui assistência paga (agrônomos/veterinários), e 10% que utilizam das duas formas. Como relata a produtora “ Da emater [...] e nós contratamos um agrônomo que faz o acompanhamento da propriedade, vale a pena isso [...] (p.18, 2015).

Cabe destacar que a Ater, e no caso do Rio Grande do Sul representado pela Emater, além dos programas citados, também passou a desempenhar papel relevante na

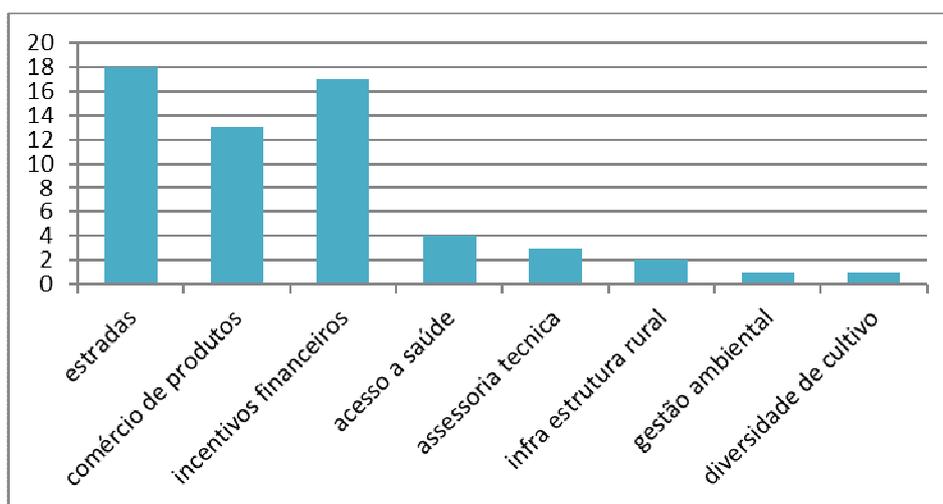
implementação de políticas de infraestrutura, tais como crédito fundiário, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida. Neste estudo percebeu-se apenas o acesso ao crédito fundiário.

Sobre as políticas municipais para agricultura familiar

Este subitem tem como objetivo analisar o que os entrevistados consideram ter que melhorar no município para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural.

Em relação a áreas que consideram mais carentes para o desenvolvimento agrícola do município 30% citaram as estradas, 29% os incentivos financeiros, 22% o comércio de produtos, as demais respostas estão mostradas na Figura 4, sendo que uma das respostas continha mais de uma opção marcada e foi anulada, pois somente a área considerada mais carente devia ser marcada.

Figura 4 - Áreas consideradas mais carentes no meio rural do município



Fonte: Pesquisa realizada em 2015.

Com relação à infraestrutura, percebeu-se ao longo das entrevistas o difícil acesso as propriedades, principalmente para escoamento da atividade leiteira, pela precária situação das estradas. Ainda foi salientado pelos entrevistados que falta um espaço para comercialização de produtos, pois no município não existem feiras de comercialização, faz-se necessário investir nessa parte, pois as feiras desempenham papéis importantes no âmbito econômico e cultural e movimentam o comércio da

cidade, além de contribuir com a diversificação da atividade agrícola e da renda do produtor rural.

Dos produtores entrevistados, 76% relatam não terem adquirido terras nos últimos 5 (cinco) anos, 24% adquiriram terras e conseqüentemente aumentaram suas unidades produtivas. Além disso, 81% consideram que houve melhorias na qualidade de vida rural nos últimos 5 (cinco) anos, 17% acreditam que não, para 2% estabilizou. Pode-se constatar que dos 11 agricultores que relataram não ter percebido melhorias na qualidade de vida rural, 5(cinco) não utilizam de nenhuma política pública. Porém, 6(seis) utilizam, sendo que os mesmos enfrentaram dificuldades na concessão ou pagamento do crédito adquirido, e a maioria destes relataram que a produção permaneceu igual após contar com recursos do governo, o que pode justificar o fato de considerarem que não houve melhorias nesse indicador.

Constatou-se que 68% dos agricultores sabem o que são as políticas públicas e 32%, mesmo utilizando, não sabem o que são. Segundo Höfling (2001), as políticas públicas podem ser entendidas como ações do Estado, onde o mesmo implanta um projeto de governo através de programas voltados para setores específicos da sociedade (saúde, educação, entre outros). São de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção através de planos, programas, atividades e ações, onde as tomadas de decisões envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Políticas públicas e a sucessão na atividade rural

Neste subitem serão analisadas as políticas públicas como incentivo para a permanência do jovem no meio rural e se haverá sucessão nestes estabelecimentos familiares. Dos 60 entrevistados citados a cima, 50% responderam as questões de sucessão. Somente os agricultores em que os filhos estavam em casa no momento da entrevista.

Dos 30 entrevistados 6,67% não possuem filhos, 53,33% têm filhos que permanecem no meio rural, e 40,01% dos entrevistados relataram que os filhos não encontram-se mais no meio rural, foi possível constatar que um desses produtores

também reside na cidade, porém mantém seu estabelecimento rural, de onde vem a principal renda da família.

Os jovens saem do campo em busca de novas oportunidades, por isso faz-se necessário que sejam desenvolvidas estratégias para que os mesmos sintam-se motivados a permanecer no meio rural, pois para das 30 famílias entrevistadas sobre sucessão, 60% possuem um possível sucessor, os outros afirmam que não terão ou não sabem se terão sucessores.

É importante que o produtor converse com a família, principalmente com os filhos, deixando-os a par da importância de ter alguém que se interesse pelo futuro da propriedade, e que se disponibilize a dar continuidade valorizando o bem construído com o esforço pelas famílias.

Segundo Mera (2011, p. 212)

Como em qualquer ramo de atividade econômica, muitos jovens optam por seguir carreiras diferentes das desenvolvidas pelos pais. A sucessão familiar no meio rural é um tema complexo, que precisa ser discutido desde cedo com os filhos, para diminuir a possibilidade de ocorrerem atritos no futuro. No ponto de vista dos entrevistados, a diversificação das atividades na pequena propriedade, aumentando gradativamente a sua renda e tornando mais atrativa a atividade rural para os seus sucessores, pode trazer perspectiva para o jovem permanecer na atividade agrícola.

Neste estudo foi constatado que 64% dos produtores, nunca conversaram sobre a sucessão com nenhum membro da família. Como relata o produtor 16:

[...] as famílias rurais, principalmente os nossos sucessores não estão tendo um bom incentivo para ficar na agricultura, a ideia deles está focada em outras coisas, na minha família mesmo eu estou passando por esse problema, eu tenho três sucessores, os três sucessores eu estou tendo dificuldade que eles assumam está parte [...] “tanto fora da porteira como dentro da porteira” [...] as pessoas estão divergindo, indo para as cidades, vendendo as suas propriedades, para as pessoas que tem mais condições financeiras, está acontecendo, e tendo dificuldades nas cidades como você pode ver agora, crise governo federal, desemprego em massa. [...] eu gostaria que você colocasse isso na tua conclusão, que as pessoas ficassem na propriedade, e que valorizassem o bem que os seus sucessores deixaram, isso seria muito importante [...]

Estes produtores enfatizam que o governo deve dar apoio para incentivar a permanência dos jovens no campo, porém relatam: “tem que haver um grande esforço das famílias, o governo ajuda, às vezes ajuda, às vezes não, depende tem fases, mas o maior esforço que tem que haver é das famílias, de segurar estes sucessores no campo, ampliar a sua propriedade, e diversificar” (p.16, 2015).

Também deve haver incentivos do próprio município como aborda a agricultora “se não houver incentivo por parte do município também, os jovens aqui em Pejuçara não vão ficar não adianta nós batalharmos com o governo Federal e o governo do estado, o município também tem que fazer a sua parte” (p.18, 2015).

Para Godoy *et. al.*, (2007, p.15):

A continuidade da agricultura familiar está intimamente ligada a permanência dos jovens no meio rural. Desta forma, torna-se necessário criar novos espaços de participação, que mobilizem os jovens através do acesso à educação, formação, lazer, valorização do meio rural, criação de oportunidades de trabalho/renda. Além, de políticas públicas que despertem o interesse e viabilize a permanência deste jovem no meio rural, garantindo a reprodução da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Neste contexto, a visão territorial torna-se um elemento chave que pode revelar as potencialidades para o campo, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

Como foi citado anteriormente, o crédito fundiário na percepção dos agricultores é um incentivo para a permanência do jovem no meio rural, pois através deste os mesmos podem adquirir terras e diversificar o cultivo de produtos, aumentando a renda familiar, evitando assim que futuramente os estabelecimentos fiquem sem sucessores e sejam vendidos ou arrendados para grandes produtores.

De acordo com Grisa e Schneider (2015, p. 377):

[...]a política de crédito fundiário interveio, mesmo que parcialmente, em dois grandes desafios presentes no meio rural brasileiro: a sucessão de unidades agrícolas familiares e a consequente permanência de jovens no campo; e o enfrentamento da pobreza rural. Uma análise prospectiva sobre essa política revela, também, seu potencial enquanto mecanismo de controle de terras colocadas à venda por pequenos e médios proprietários, as quais são completamente ignoradas pela política de reforma agrária. A intervenção do crédito fundiário nessas situações evita que as mesmas saiam do domínio da agricultura familiar, se transformem em sítios de lazer ou sejam adquiridas por proprietários consolidados e empresários interessados em investimentos produtivos e especulativos no meio rural.

Têm-se políticas que auxiliam na melhoria da qualidade de vida no campo, bem como no aumento da produtividade decorrente da aquisição de implementos mais eficientes, juntamente com assessoria técnica e outros fatores discorridos neste estudo, porém deve-se trabalhar mais a respeito da sucessão no município.

Dos entrevistados, 83,33% dos produtores associam a sucessão a herança ou morte, somente cinco agricultores pensam de maneira diferente e veem a sucessão como uma oportunidade de mudança, aonde quando não puderem mais trabalhar precisarão de

alguém que assuma esse papel e dê continuidade no trabalho, administrando a propriedade, e é isso que deve ser passado para os filhos desde cedo.

Considerações finais

Levando-se em consideração os dados presentes neste estudo pode-se perceber que a maioria dos produtores entrevistados já se beneficia das políticas públicas, apesar de alguns não saberem o significado das mesmas. Constatou-se que as propriedades rurais do município de Pejuçara se desenvolveram após ter acesso a políticas destinadas a categoria do agricultor familiar, pois através delas os produtores puderam adquirir máquinas, implementos e equipamentos mais eficientes, podendo assim realizar investimentos na propriedade e gerar melhorias nas condições de trabalho.

As pequenas propriedades predominam no município e nas propriedades que fizeram parte deste estudo, sendo que a maioria dos estabelecimentos agropecuários possuem no máximo 40 hectares, destacando-se o cultivo de grãos, como a soja, milho, e trigo, e a pecuária leiteira. A principal renda dos entrevistados vem das atividades agrícolas, sendo que a maioria não desempenha outras funções e dedica integralmente seu tempo às atividades realizadas dentro das propriedades.

As políticas públicas mais lembradas entre os entrevistados foram o PRONAF e o Mais alimentos, onde apesar de grande número relatar não ter enfrentado dificuldades para conseguir o crédito, alguns citaram que a burocracia dificulta o processo. Já em relação ao pagamento do crédito, um número considerável relatou adversidades que interferiram no pagamento, as mais citadas foram as intempéries climáticas e o baixo preço de comercialização do produto. Pode-se constatar que ainda há entraves ao acesso às políticas públicas.

A percepção dos entrevistados em relação às políticas públicas, é que estas colaboram com o aumento da produção. A assistência técnica também foi citada, onde grande parte dos produtores tem acesso à assessoria técnica gratuita e/ou paga, principalmente na parte da lavoura.

O município possui áreas carentes que interferem no desenvolvimento agrícola, as mais citadas foram as estradas, os incentivos financeiros e o comércio de produtos.

As políticas públicas municipais devem compactuar com outras políticas citadas neste estudo, com intuito de encontrar soluções para estes problemas.

A maioria dos entrevistados não adquiriu terras nos últimos anos, mas teve condições de realizar melhorias na propriedade ou residência, e afirmaram ter percebido melhorias na qualidade de vida rural.

Como citado inicialmente, às políticas desenvolvidas pelo governo podem contribuir com a melhoria na qualidade de vida da família rural, pois os pequenos agricultores, na maioria dos casos dependem delas para investir em suas propriedades, e isso acaba de certa forma, contribuindo para que os mesmos permaneçam no meio rural, mas não interfere de forma direta na sucessão da atividade no meio rural, pois uma parte dos agricultores demonstrou preocupação, pois as políticas públicas contribuem sim diretamente para o desenvolvimento das propriedades, porém a parte sucessória, precisaser trabalhada no município, pois o número de jovens que sai do campo em busca de melhores oportunidades na cidade é relativamente alto, considerando o tamanho do município, o que pode estar relacionado com a renda, ou a falta dela.

Assim, pode-se constatar que em algumas famílias não haverá sucessores, nesta parte as políticas disponibilizam recursos, que servem como auxílio, porém, as possíveis estratégias devem ser trabalhadas pelo município, e os produtores devem conversar com os filhos desde cedo sobre a importância da sucessão na atividade rural.

Embora não seja o foco principal do estudo, por isso não abordado em maior profundidade, a sucessão da agricultura familiar preocupa muitos agricultores, por isso faz-se necessário discutir sobre a mesma, pois não basta ter políticas e incentivos se os jovens não estiverem motivados a dar continuidade nas atividades agrícolas da família.

Tem-se políticas para diferentes categorias de agricultores, estas contribuem com o desenvolvimento das propriedades, e fazem a diferença no desenvolvimento da agricultura familiar no município de Pejuçara, pois na maioria dos casos os produtores declararam que não teriam condições de realizar melhorias se não fosse por meio destas. No entanto, percebe-se que apesar das políticas públicas, ou por causa delas, não percebe-se diversificação agrícola entre as famílias dos produtores que fizeram parte deste estudo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária**. Rev. da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo. v. 28, nºs 1,2 3 e 29, Jan/dez 1998.
- AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER S. **(Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. Natal, 2010.
- BATISTA, M. P. **fatores de inadimplência do pronaf no município de Ponte Alta-SC**. Curitiba: Universidade federal do Paraná, 2011.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2010. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2008**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.51 no.1 Brasília Jan./Mar. 2013
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GODOY, C. M. T. *et al.* **Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS**. Campo Grande: SOBER – MS, 25 a 28 de julho de 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (Públicas) sociais. **Cad. CEDES [online]**.2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. ISSN 1678-7110. Disponível em <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539> >. Acesso em agosto de 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1109>>. Acesso em Abril de 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=p&o=29&i=P>>. Acesso em 27 de nov. de 2014.

MERA, Claudia Maria Prudêncio. **População rural na região do Alto Jacuí/RS: análise soba perspectiva do desenvolvimento agrícola.** Porto Alegre, 2011.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 21 maio, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA/SAF/Dater2012. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento%20Base%20CNATER%20-%20Versa_o%20Estadual.pdf>. Acesso em: 24nov. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/DECLARACAO_DE_APTIDAO_AO_PRONAF_DAP_FOLDER.pdf>. Acesso em: 24nov, 2015.

NUNES, S. P. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. Departamento de estudos socioeconômicos rurais. **Conjuntura agrícola.** n. 159, junho de 2007.

RIBEIRO, J. L. D.; NODARI, C. T. **Tratamento dos dados qualitativos:** técnicas e aplicações. Porto Alegre: PPGEO/UFRGS, 2001.

SCHNEIDER, S. **Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul.** Anais do 1º. Encontro de Economia Gaúcha PPGE-PUCRS e FEE, 2002.

ZIGER, V. **O crédito rural e a agricultura familiar:** desafios, estratégias e perspectivas. Brasília: SEBRAE – Serviços financeiros. v.5, 2013.

Recebido em 14/12/2015. Aceito para publicação em 25/05/2016.
--